

BIO DIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio - Edição 05 | Ano 01 | Setembro de 2018

ICMBIO E FAB COMBATEM INCÊNDIO NO SUL DO PARÁ

PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM
REGULARIZA 957 HECTARES

PERUAÇU INAUGURA TRILHA ARCO DO ANDRÉ

PARQUE NACIONAL DO PANTANAL
MATOGROSSENSE REALIZA MONITORAMENTO
DA PESCA NO ENTORNO

Biomas Brasileiros AMAZÔNIA



Foto: Luciana Crema

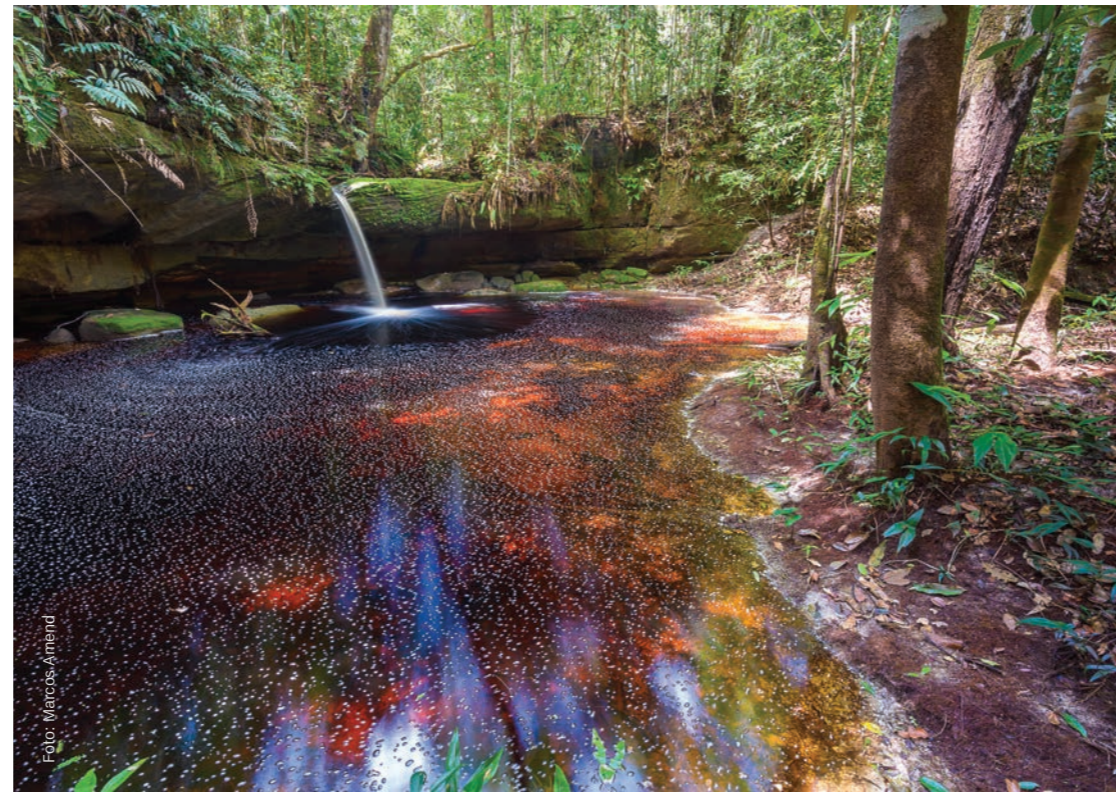


Foto: Marcos Amend



Foto: Acervo Parana de Anavilhanas



Foto: Bruno Bimbato



Foto: Nana Brasil



Foto: Nana Brasil



Foto: Alexandre Costa



Foto: Isâmnia Fleiter

PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM REGULARIZA 957 HECTARES

O Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, regularizou 957 hectares com a aquisição, pelo ICMBio, da Fazenda Caiambora, situada na parte norte da unidade de conservação (UC). A área é estratégica para a consolidação do parque, pois a localização é central no sentido do Morro da Igreja e está conectada com outras áreas já desapropriadas, formando um bloco de imóveis já regularizados.

“O terreno adquirido possui importância

ambiental, de uso público e de pesquisa”, enumera o chefe da unidade, Paulo Santi Cardoso da Silva. Segundo ele, o local reúne matas de araucárias, matinhas nebulares e campos de altitude úmidos em excelente estado de preservação. Além disso, abarca as nascentes dos rios Pelotas e Urubici, importantes corpos d’água na região Sul do Brasil. “A área vinha sendo utilizada pela pecuária extensiva, tendo ocorrido desmate para tal finalidade. Com a aquisição da propriedade, reduzem-se estas pressões”, ressalta.



Foto: Marcus Zilli



Foto: Marcus Zilli

POTENCIAL PARA ATRAIR VISITANTES

Lindeira à estrada do Morro da Igreja, a área em questão é estratégica para a visitação no parque. Possui mirante com vista para a Pedra Furada, a 800 metros da estrada, com grande potencial para atrair visitantes. “Estrategicamente, deve figurar como um mirante acessório à Pedra Furada, possibilitando a diversificação da visitação, tendo em vista a possibilidade de pequenas trilhas na região”, explica o gestor.

A área inclui cachoeiras de grande beleza cênica, entremeadas por trilhas aptas à prática do montanhismo, circundando a paisagem da serra catarinense, cada dia mais relevante para o turismo no cenário nacional. O local está inserido no Caminho das Araucárias, abrigando travessia entre o Morro da Igreja e os Campos de Santa Bárbara. “A aquisição da área dará respaldo para a devida sinalização e acesso de milhares de caminhantes que poderão conhecer esta belíssima região”, conclui Paulo Santi.

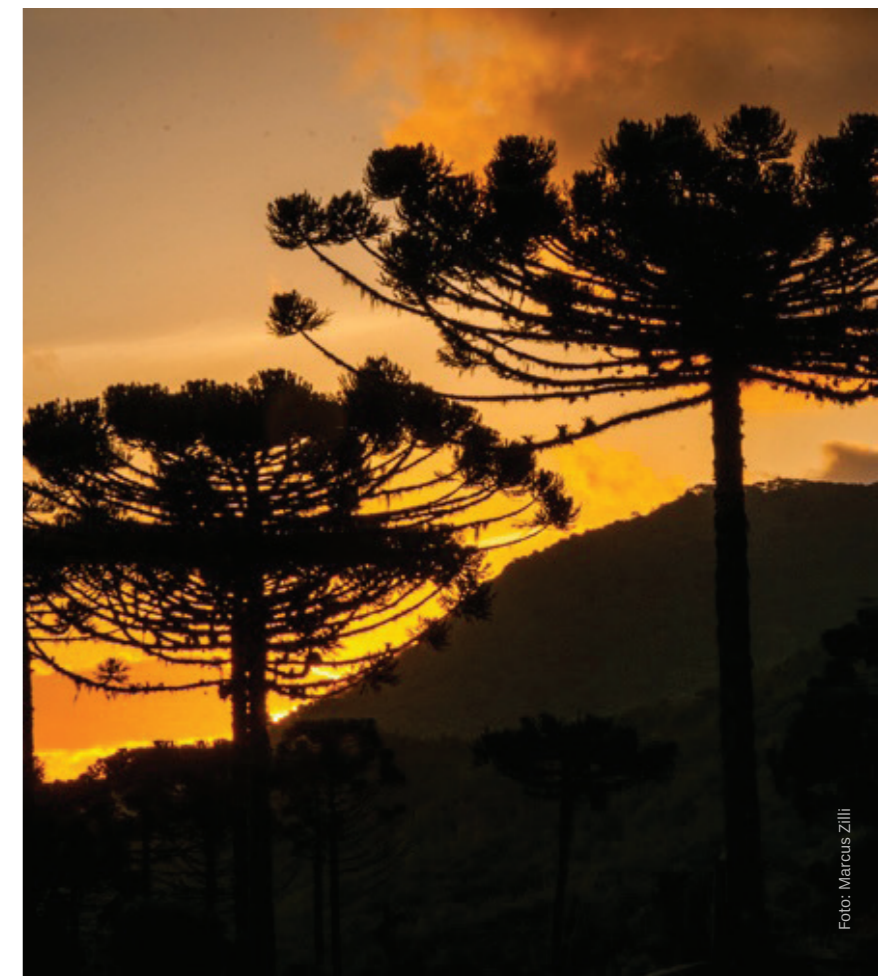


Foto: Marcus Zilli



Foto: Bruno Bimbato

ICMBIO E FAB COMBATEM INCÊNDIO NO SUL DO PARÁ

Durante o período da seca, que costuma acontecer entre julho e outubro, as unidades de conservação (UCs) estão mais vulneráveis a incêndios. Diante disto, o ICMBio conta com brigadistas que trabalham arduamente para prevenir e combater o fogo.

Mas em algumas unidades, como as localizadas na Amazônia e no sul do Pará (BR-163), o combate pode ser bastante complicado, pois a logística e a distância dificultam muito o trabalho dos brigadistas. Para tentar superar esse desafio, o ICMBio estreitou laços com a Força Aérea Brasileira (FAB) por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) assinado em julho, com o objetivo de garantir missões de apoio aéreo e logístico no combate a incêndios em UCs federais.

As unidades de conservação situadas ao longo da BR-163 abrigam uma rica biodiversidade e são ameaçadas com grilagem de terras públicas, desmatamento e uso indiscriminado do fogo, que pode gerar grandes incêndios florestais se não for controlado rapidamente.

Setembro concentra a maior parte dos incêndios no sul do Pará e somente este mês mais de mil focos foram detectados na região. Dessa forma, o combate ao fogo se torna peça chave na proteção do patrimônio natural e ajuda a frear as ações de queimadas irregulares e impedir a grilagem de terras.

“Esse apoio da FAB é fundamental para monitorar toda a área, em tempo real, qualificando os incêndios e sua propagação, agilizando o transporte de brigadistas, reduzindo

o tempo de deslocamento e possibilitando atender áreas remotas sem acesso terrestre”, explica o coordenador de Prevenção e Combate a Incêndios do ICMBio, Christian Berlinck.

PRIMEIRA MISSÃO CONJUNTA

A primeira ação conjunta com a FAB por meio desse TED aconteceu entre os dias 10 e 21 de setembro, durante o combate a incêndios na Reserva Biológica (Rebio) Nascentes da Serra do Cachimbo. A Rebio se localiza no eixo da BR-163, em uma zona de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, com vegetação e solo sensíveis ao fogo e fauna ainda pouco estudada.

Para essa missão, os brigadistas do ICMBio ficaram alojados no Campo de Provas Brigadeiro Velloso, base aérea da FAB situada perto da unidade, onde decolam o helicóptero UH-60 “Black Hawk” e o avião Cessna 208 “Caravan”, com capacidade operacional superior a muitas aeronaves civis, o que facilita o deslocamento da brigada até o local de combate.

Para o vice-diretor do Campo de Provas Brigadeiro Velloso, tenente-coronel Dall’Agnol, “ver o ICMBio combatendo incêndio foi muito gratificante”, afirmou. “A FAB ofereceu apoio aéreo e estrutura, e o Instituto trouxe o conhecimento e a capacidade de missão. Me senti seguro diante do profissionalismo da equipe do ICMBio”, concluiu Dall’Agnol.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

O TED prevê a realização de missões aéreas indenizáveis à FAB de acordo com as demandas necessárias do ICMBio. É um instrumento utilizado para ajustar a descentralização de crédito entre órgãos ou entidades que integram o orçamento fiscal e a Seguridade Social da União.

O instrumento é fundamental para dar mais força, capilaridade, alcance e agilidade ao trabalho desenvolvido pelo ICMBio no combate a incêndios. Com valor total de R\$ 2 milhões, o TED tem validade até 31 de dezembro de 2018, podendo ter aditivos caso haja novos incêndios em UCs federais, além de ações de fiscalização que necessitem de apoio aéreo da FAB.



Foto: Bruno Bimbato

PERUAÇU INAUGURA TRILHA ARCO DO ANDRÉ



O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em Minas Gerais, conta agora com um novo atrativo: a trilha Arco do André. O percurso, com oito quilômetros de extensão, foi estruturado de forma conjunta por brigadistas, voluntários e condutores ambientais. A caminhada inaugural da trilha ocorreu no último mês de agosto.

Para percorrer o trajeto são necessárias aproximadamente sete horas. O Arco do André é uma trilha com propósito mais aventureiro, onde os visitantes poderão ter um contato mais próximo e direto com o rio Peruaçu, o carste e as matas primárias do interior da unidade de conservação (UC). As subidas e descidas íngremes e em terrenos acidentados exigem algum esforço e um maior nível de condicionamento físico por parte do visitante – diferentemente dos outros atrativos do parque.

A trilha tem como característica a baixa intervenção e rusticidade (o que deve atrair um público diferenciado), além de incentivar pelo menos um dia a mais de estadia do turista na região. Ela está localizada no cânion principal do rio Peruaçu, local que concentra alguns dos principais atrativos do parque já abertos à visitação, como a Lapa Bonita, Desenhos, Índio e Janelão.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Segundo o chefe da unidade, Rafael Pereira Pinto, a trilha foi pensada e implementada no âmbito do acordo de cooperação com o Instituto Ekos Brasil.

“Ela gerará mais emprego e renda para as comunidades do entorno do parque. Acreditamos que essa trilha tem potencial para estar entre as mais incríveis do Brasil. Ela é fantástica, com mirantes naturais únicos, cavernas monumentais e uma caminhada de, literalmente, tirar o fôlego”, ressaltou Rafael.

Apesar de o circuito Arco do André não ter sido implementado junto aos demais, a equipe acredita que a abertura da trilha é fundamental para melhorar a qualidade da visitação no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, desafogando alguns atrativos mais visitados (como a Gruta do Janelão) e abrindo novas oportunidades de visitação em uma área mais primitiva da UC.

Confira a cartilha da nova trilha:

<https://bit.ly/2KvRCBO>

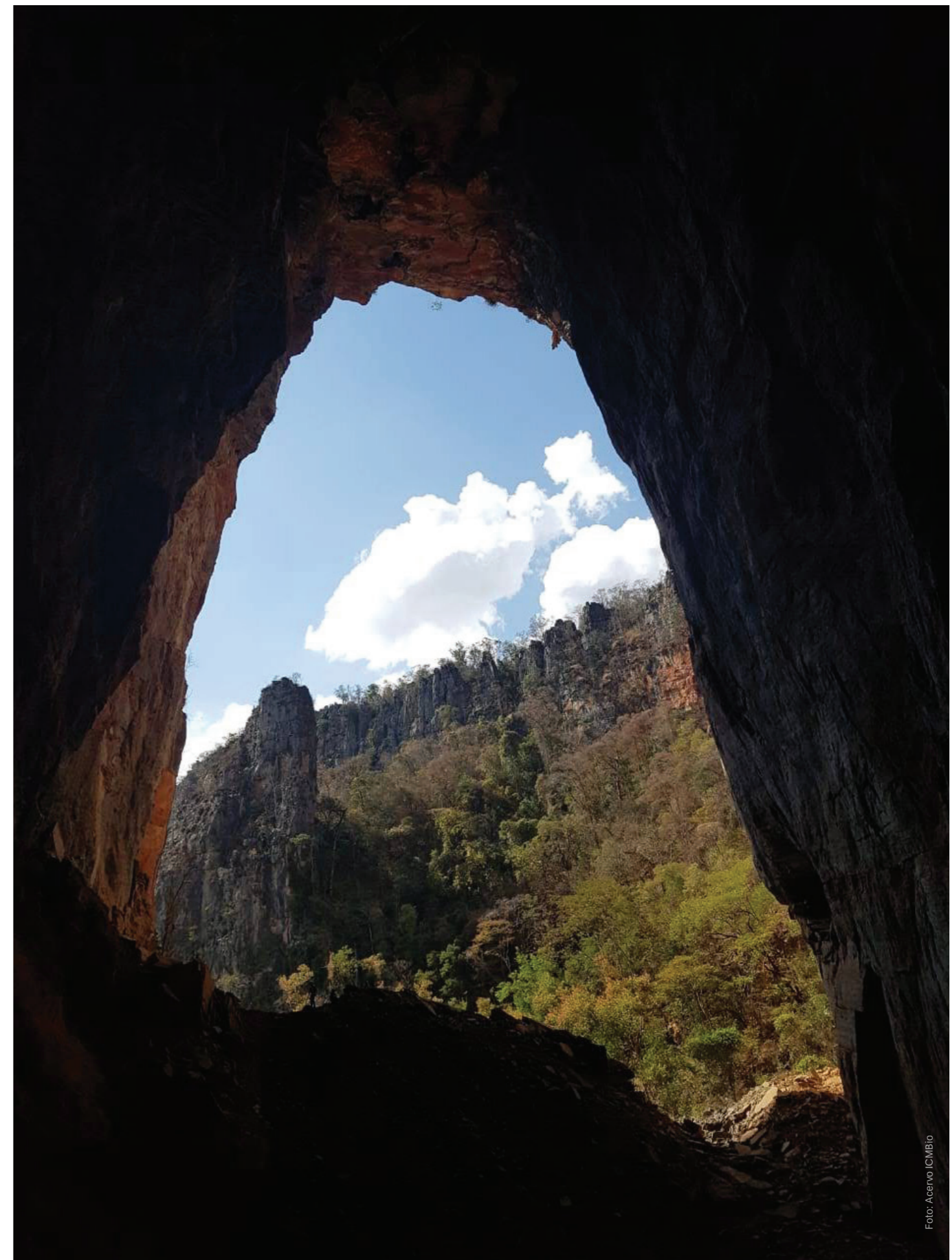




Foto: José Medeiros

PARQUE NACIONAL DO PANTANAL MATOGROSSENSE REALIZA MONITORAMENTO DA PESCA NO ENTORNO

O Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (MT/MS) realizou durante o mês de agosto ações de monitoramento da pesca no entorno da unidade de conservação (UC). As atividades desenvolvidas na zona de amortecimento incluíram o cadastramento de moradores da comunidade tradicional da Barra do São Lourenço, o desenvolvimento do protocolo de pesca experimental e a realização da primeira oficina de automonitoramento na comunidade. Além da equipe do parque, participaram representantes da Coordenação Regional 10 (CR10/ICMBio) e dos centros nacionais de pesquisa e conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam/

ICMBio) e da Biodiversidade Aquática Continental (Cepta/ICMBio).

As ações são parte do processo de revisão do plano de manejo, atendendo à decisão judicial que reconhece a pesca artesanal profissional e o direito de acesso aos recursos pesqueiros na zona de amortecimento da UC pela comunidade da Barra do São Lourenço, localizada no entorno imediato da unidade. Diante disso, ficou definido que os centros nacionais de pesquisa do ICMBio aplicariam os protocolos de monitoramento para áreas alagáveis estabelecidos no Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Programa Monitora).

PROTOCOLOS

Em campo, foram aplicados dois protocolos. Um de automonitoramento da pesca, coordenado pelo Cepam, para que os pescadores da Barra do São Lourenço possam, de forma participativa, conduzir o monitoramento comunitário da pesca. O segundo foi o protocolo de pesca experimental de áreas alagáveis, coordenado pelo Cepta, atividade executada em quatro pontos distribuídos ao longo da zona de amortecimento do parque. Os dados obtidos por meio dessas duas ações serão úteis em diversas resoluções, principalmente sobre as espécies de interesse comercial e iscas vivas. Além disso, as informações devem subsidiar decisões sobre possíveis mudanças nas normas de pesca na zona de amortecimento, determinadas no plano de manejo.

O cadastramento dos moradores e pescadores da comunidade foi feito pela primeira vez por uma equipe do ICMBio. O formulário utilizado foi o mesmo do cadastro de famílias residentes em unidades de conservação, organizado também pelo Instituto. Além do cadastramento, foi realizado o mapeamento das áreas de uso e interesse para pesca da comunidade, que deve auxiliar o processo de revisão do plano de manejo, uma vez que dimensiona o esforço pesqueiro potencial da comunidade na zona de amortecimento.



Foto: Marcos Amend

ENTREVISTA COM TATHIANA CHAVES, COORDENADORA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE (COMOB/ICMBIO)

O ICMBio é o órgão responsável pelo monitoramento da biodiversidade nas unidades de conservação (UCs) federais e das espécies ameaçadas de extinção em todo o território nacional. Quais são os objetivos do monitoramento? Por que essa atividade é importante?

O principal objetivo é monitorar o estado de conservação da biodiversidade, ou seja, verificar se a biodiversidade está se mantendo estável, declinando ou aumentando, além de analisar a qualidade do ambiente. O monitoramento é uma atividade de longo prazo, prevendo mais de 10 anos de dados coletados para que possamos ter resultados e análises mais consistentes. O intuito final é subsidiar o manejo dos recursos naturais e as estratégias de conservação em diferentes escalas, tendo como ponto de partida a seguinte pergunta: “As UCs estão sendo efetivas na sua missão de conservar a biodiversidade?”.

Em que consiste o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Programa Monitora)?

A construção do Programa Monitora (instituído formalmente em 2017, após a publicação da [Instrução Normativa nº 03](#)) contou com o envolvimento de diversos especialistas acadêmicos e não acadêmicos, gestores, centros de pesquisa do ICMBio e instituições parceiras. Todos esses atores



foram fundamentais para a elaboração de um programa que busca monitorar a biodiversidade e dar respostas tanto na escala do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) quanto nas escalas regional e local, uma vez que é muito importante que gestores públicos e comunidades locais tenham mais informações para subsidiar suas tomadas de decisão. O Programa Monitora é também um meio para se levantar dados, produzir análises e levantar hipóteses que servem de subsídio para diversos macroprocessos institucionais, estabelecendo interfaces com outras áreas do ICMBio, a exemplo das coordenações que trabalham com planos de manejo, produção e uso sustentável, conflitos territoriais, etc. Em todas essas escalas, foram definidas perguntas norteadoras e estabelecidos princípios que precisam ser atendidos. Um dos princípios é

o da modularidade: os protocolos são divididos entre módulos básicos (aqueles que podem ser desenvolvidos e implementados por pessoas capacitadas, não necessariamente especialistas) e módulos avançados (dependem de especialistas ou de equipamentos tecnológicos específicos). O Monitora é um programa muito amplo e que busca agregar parcerias. As atividades são organizadas em três fases: pré-amostragem (mobilização de atores locais, capacitação, planejamento, implantação das unidades amostrais), amostragem (coleta de dados) e gestão da informação (validação e análise coletiva dos dados). Em todas elas, existe o objetivo de realizar o monitoramento de forma participativa, com destaque para o monitoramento participativo de base comunitária. A Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (Comob) gerencia o programa junto com as equipes ampliadas, especialmente dos centros de pesquisa do ICMBio.

Quais são as finalidades dessa iniciativa?

As principais finalidades do Programa Monitora são as seguintes: gerar informação qualificada para avaliar a efetividade das UCs federais no cumprimento do seu objetivo de conservar a biodiversidade; identificar tendências relacionadas às mudanças climáticas e auxiliar o desenvolvimento de estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos dessas mudanças; subsidiar o planejamento do uso sustentável dos recursos naturais; fornecer dados para a avaliação do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção; e subsidiar o planejamento e a avaliação dos programas de controle de espécies exóticas invasoras.

De que forma o Programa Monitora está organizado?

O Programa Monitora está dividido em três

subprogramas: terrestre, aquático-continental e marinho-costeiro. Cada um deles abarca determinados componentes da biodiversidade. O subprograma terrestre, por exemplo, inclui dois componentes: florestal e campestre-savânico. Já o aquático-continental tem como foco a Amazônia e se organiza em duas frentes: várzeas e igarapés. Por fim, o subprograma marinho-costeiro, que engloba cinco componentes: ambientes recifais; manguezais; plataforma, talude-continental e região oceânica; praias e ilhas.

Em sua opinião, quais foram os principais avanços nos últimos anos?

Um dos avanços foi esse desdobramento em diversos subprogramas e componentes. Em 2015, nós tínhamos apenas o componente florestal (subprograma terrestre) e de lá para cá conseguimos desdobrar o programa em novos componentes. Além disso, existe um engajamento cada vez maior dos centros de pesquisa do ICMBio nessa agenda, fazendo a ponte entre a Comob e as unidades de conservação. Destaco, ainda, que o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar) adotaram o Monitora como marco referencial para o processo de monitoramento da biodiversidade, o que gerou um salto no número de UCs que participam do programa.

Quais são os próximos passos do programa?

Temos três próximos passos muito importantes: desenvolver bancos de dados, sistemas e ferramentas tecnológicas (a ideia é gerar análises automatizadas que possam trazer respostas em um curto espaço de tempo); lançar a nossa plataforma de ensino à distância no primeiro semestre do ano que vem; e fortalecer a Construção de Conhecimentos e Aprendizados Coletivos (CCAC), iniciativa que busca ampliar a participação cidadã após a fase de coleta de dados.

#BOMBOU NAS REDES SOCIAIS

Siga o ICMBio nas redes sociais!

youtube.com/canalicmbio

@icmbio

ICMBio

12 de setembro às 17:30 · 🌐

As unidades de conservação são um caldeirão de vida e é nelas que nossas vidas também pulsam! ❤️

Na última década, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) cresceu em mais de 10 milhões de hectares, só em âmbito federal. O desafio agora é expandir ainda mais a proteção a ambientes e espécies ameaçadas.

Confira algumas das estratégias para proteger nosso patrimônio natural, no novo vídeo da série "O valor das unidades de conservação para a sociedade brasileira" ↓

#UnidadesdeConservação #OndeaNossaVidaPulsa



198

4 comentários · 132 compartilhamentos

2,7 mil visualizações

Curtir

Comentar

Compartilhar

@icmbio



icmbio · Seguir

icmbio Hoje é o #DiadoCerrado!

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e também é considerado a savana mais rica do mundo. Sua área abriga nascentes ou leitos de rios de oito bacias hidrográficas dentre as doze que existem no país!

Infelizmente, é o bioma com a menor porcentagem de áreas sobre proteção integral: apenas 8,21% da área total do

7.276 curtidas

11 DE SETEMBRO

Entrar para curtir ou comentar.

@icmbio

ICMBio @ICMBio · 13 de set

Na Semana do Cerrado, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros prepara uma surpresa para seus visitantes!

Vem aí o Carrossel, um novo trecho de trilha com mirantes, vias de escalada, cânion e cachoeiras.

Aberto ao público a partir do próximo domingo, dia 16 de setembro! 🌿



3

30

84

BIODIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio

EDIÇÃO E REVISÃO

Nana Brasil

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Raposo

CHEFE DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Márcia Muchagata

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1o andar

CEP: 70670-350 - Brasília/ DF Fone +55 (61) 2028-9280

ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



PARA RECEBER

esta revista mensalmente
envie nome completo e e-mail para
comunicacao@icmbio.gov.br

PARA DEIXAR DE RECEBER

esta revista
envie a solicitação para
comunicacao@icmbio.gov.br



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

**GOVERNO
FEDERAL**